ADUNESP *in*FORMA

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Seção Sindical do Andes

Edição Especial - Abril 2005

A CONTRA-REFORMA UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO LULA

Editorial

Um fino verniz democrático para encobrir os interesses privados

O prazo estabelecido pelo governo federal, através do Ministério da Educação, para o envio de propostas da sociedade ao seu projeto de Reforma Universitária esgotou-se em fins de março. Poderíamos assinalar o tempo exíguo para o debate como indicativo claro da intenção governamental de impor suas propostas praticamente sem discussão. Este é um ponto importante, mas não o mais revelador. Ocorre que, enquanto o governo diz estar elaborando a versão final do anteprojeto a ser enviado ao Congresso Nacional, itens importantes da Reforma já foram transformados em lei. É o caso do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), da Lei de Incentivos à Inovação Científica e Tecnológica, do Programa Universidade para Todos (ProUni) e da Lei das Parcerias Público-Privadas (PPP's).

Tornadas leis sem nenhum debate significativo com a sociedade, estas medidas trazem conseqüências diretas para a

continua na pág. 2

Os principais pontos do anteprojeto do MEC
Págs. 3 a 5

As medidas que já se tornaram lei
Págs. 5 e 6

O que há por trás da grita do empresariado
Págs. 7 a 9

A reforma nas estaduais paulistas
Pág. 10

A mobilização dos estudantes da Unesp
Pág 11

Um debate sobre as cotas
Págs. 12 a 16

universidade pública e, em larga medida, beneficiam de imediato a iniciativa privada. Somente isso já seria suficiente para desmascarar o pretenso caráter democrático que o governo procura mostrar.

Nesta publicação especial da Adunesp, dedicada integralmente à "Reforma Universitária", procuraremos avaliar o impacto destas leis e desvendar o que significam os principais tópicos presentes no anteprojeto que seguirá ao Congresso. Nosso Sindicato, assim como a entidade nacional da categoria (o Andes), recusou-se a participar da elaboração de tal proposta. Não porque lhe faltem subsídios ou propostas. Longe disso! A Adunesp defende, há tempos, princípios claros para a educação, entendendo-a como um bem público e universal, um direito de todos e um dever do Estado. Esta Reforma, no entanto, caminha em sentido oposto a estes princípios e faz parte da agenda de organismos internacionais do grande capital (FMI, Banco Mundial etc), como procuraremos mostrar nesta edição. A Reforma não traz avanços sociais para o conjunto da população, mas sim procura redefinir o papel do Estado na perspectiva neoliberal, exatamente como ocorreu com a Reforma da Previdência e acontece com a Sindical/Trabalhista.

Marcha em Brasília (25/11/2004)

Sob a capa da socialização de direitos e fim de privilégios, tais reformas estão cumprindo um papel de contra-reformas, usurpando conquistas históricas da população.

No caso da Reforma Universitária, não é diferente. Em nome de uma virtual democratização do acesso à educação superior, promovem-se novos capítulos de uma já conhecida novela: o favorecimento aos mercadores do ensino. A propalada expansão de vagas e de universidades públicas deve acontecer sem a correspondente garantia de financiamento e, para agravar, promete vincular a liberação de recursos aos resultados do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o que tende a ampliar o fosso entre as instituições fragilizadas e os chamados "centros de excelência". Tampouco a assistência estudantil está garantida no projeto do governo, embora seja essencial para a permanência de estudantes carentes nos bancos escolares.

Nesta edição, também vamos avaliar a grita dos empresários da educação, procurando mostrar que concordam com o governo no essencial e buscam "avançar" naquilo que consideram prejudicial aos seus negócios. Sua reação, inclusive, vem sendo usada pelo governo na tentativa de criar um cinturão protetor em torno da Reforma. Infelizmente, vários setores do movimento social embarcam no apoio a medidas que representam a maior investida privada já desferida contra a educação brasileira em toda a sua história. É o caso da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), Fasubra (Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras), Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino), UNE (União Nacional dos Estudantes), UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) etc.

O Andes, o nosso sindicato nacional, tem assumido papel decisivo na luta contra a Reforma Universitária, ao lado do movimento estudantil combativo. A Adunesp soma-se ao contingente dos que seguem defendendo a educação pública, gratuita e de qualidade. As lutas dos estudantes da Unesp, nesse sentido, que entraram abril com atos e paralisações em vários *campi*, como mostra matéria na página 11, apontam o caminho a seguir.

Fontes utilizadas para a elaboração desta publicação

Leher, Roberto - "O setor privado critica o anteprojeto, logo o anteprojeto é bom. Um mau silogismo para defender a contra-reforma".

Jacob Chaves, Vera Lúcia – "Análise do anteprojeto de Lei sobre a Reforma da Educação Superior".

Andes – "Agenda para a Educação Superior – Uma proposta do Andes – SN para o Brasil de hoje".

Andes – "Carta de Curitiba" (24º Congresso do Sindicato Nacional).

Fórum Nacional da Livre Iniciativa da Educação – "Considerações e Recomendações sobre a Versão Preliminar do Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior".

GT Campineiro contra a Reforma - Jornal da Campanha Contra essa Reforma Universitária do Governo Lula

Jornais: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Gazeta Mercantil, O Globo, Valor Econômico e Tribuna de Imprensa.

Site do MEC

Reforma Universitária

A tradução prática das premissas do Banco Mundial para a educação

Marcha em Brasília (25/11/2004)

A recém-lançada versão preliminar do anteprojeto da Lei de Educação Superior, longe de começar o debate, representa a continuidade de um processo que teve início antes mesmo da posse do presidente Lula. A exemplo da pioneira delas, a Previdenciária, e das que estão em andamento (como a Sindical/Trabalhista), a Reforma Universitária é parte do compromisso assumido pelo PT com o FMI e organismos importantes do capital estrangeiro, como o Banco Mundial, ainda durante a campanha eleitoral.

Em seu documento "*Agenda para a Educação Superior: uma proposta do Andes-SN para o Brasil de hoje*", o Sindicato Nacional avalia que "a reforma está centrada em mudanças gerenciais, na redução do financiamento público, no estabelecimento de parcerias público-privadas e em políticas de pseudo-garantias de acesso dos pobres à universidade". Para o Andes, o eixo central é o aligeiramento dos estudos, visando ao afastamento cada vez maior dos conteúdos curriculares das atuais fronteiras da ciência e da tecnologia, para assegurar nossa inserção no mundo capitalista globalizado permanentemente como nação periférica, exportadora de recursos naturais, produtos agrícolas e mão-de-obra barata, e eternamente dependente da importação de tecnologia. Nessa ótica, avalia o Sindicato Nacional, as universidades devem se associar às empresas e aos setores empresariais, e os docentes devem ser meros empreendedores, configurando a mercantilização do conhecimento. "Como os países periféricos e semiperiféricos são capitalistas dependentes e marcados pela heteronomia cultural, a venda de serviços afasta a universidade do rigor teórico e da vigilância epistemológica e, sobretudo, dos grandes problemas nacionais", prossegue a análise.

O anteprojeto da Lei de Educação Superior é o terceiro documento elaborado pelo MEC: o primeiro deles foi feito por uma comissão interministerial, em 2003; o segundo, intitulado "*Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes da Reforma da Educação Superior*", foi divulgado em dezembro passado. Entre os 100 artigos deste terceiro documento, alguns aspectos chamam a atenção:

1) Expansão

O anteprojeto do MEC apresenta a meta de expandir o total de vagas na rede superior pública em 40% até 2011. Aqui, cabe um parêntese importante: por conta do *boom* vivido pelo ensino superior privado nos últimos anos, o montante de vagas públicas em 2003 era de apenas 14% do total (em São Paulo, 4%). Chegar a 40%, portanto, traduziria um salto gigantesco, que seria muito bem-vindo, não fosse a preocupação com os formatos que isso pode assumir: ensino à distância, centros universitários estaduais/municipais com cobrança de mensalidades, inchaço das atuais universidades públicas sem a devida contrapartida de recursos...

Ricardo Borges (Andes)

Nas instituições públicas federais, a experiência mostra que tais preocupações não são infundadas. De 1996 a 2002, o número de matrículas nestas universidades cresceu 46%, passando de 364 mil para 532 mil. Ao mesmo tempo, os recursos caminharam em sentido inverso, sendo drasticamente diminuídos, enquanto os concursos para reposição de vagas rarearam. "Isso significa que o crescimento se deu por meio de uma intensificação extraordinária do trabalho dos docentes, da precarização e pela sobreutilização dos equipamentos e da infra-estrutura, como bibliotecas e laboratórios etc", aponta o Andes, concluindo que não há como crescer mais sem comprometer a qualidade do ensino e da pesquisa.

2) Financiamento

O Andes também lembra que um requisito indispensável para o êxito de qualquer agenda ou plano de educação no país passa pela derrubada dos vetos em vigor sobre o Plano Nacional de Educação-PNE (Lei n° 10.172/2001). O PNE previa a aplicação de recursos financeiros equivalentes a 7% do PIB para a educação pública em todos os níveis de ensino (graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão), mas isso foi vetado por FHC. "Esse seria o passo inicial visando a alcançar a meta do PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, de 10% do PIB até o final da década", diz o Sindicato Nacional. Tendo por referência os valores de 2004, 7% do PIB correspondem a, aproximadamente, R$ 128 bilhões.

Atualmente, os recursos da União vinculados à educação referem-se a 18% dos

impostos, que, por sua vez, correspondem a apenas 44% das receitas da União. Além disso, do total de impostos arrecadados pela União, 20% ficam retidos a título da Desvinculação das Receitas da União (DRU), prejudicando diretamente a educação pública.

3) Critérios de mercado

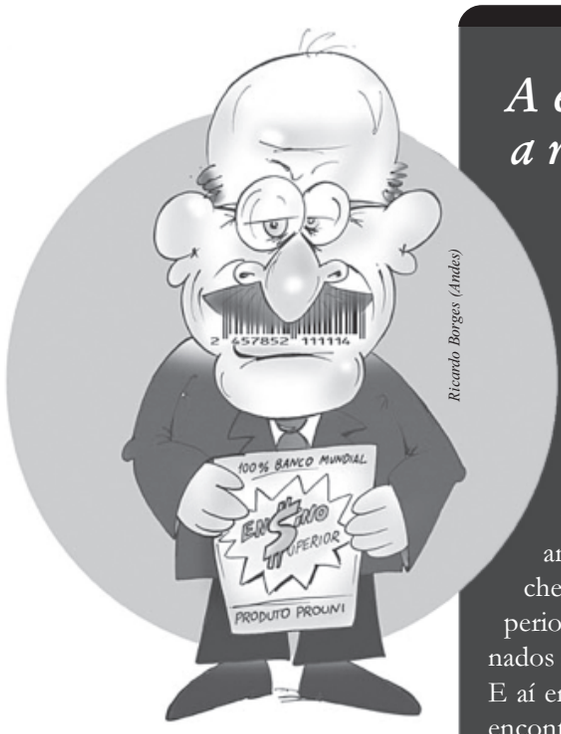
No anteprojeto apresentado pelo MEC, aparece a obrigatoriedade, para todas as instituições de ensino superior, de apresentação de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de cinco em cinco anos. O PDI deverá trazer os seguintes tópicos: as perspectivas de evolução; o projeto pedagógico; o projeto de desenvolvimento regional e local, conforme o artigo 3º da lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); os instrumentos de integração com a sociedade em geral, em especial com as populações de seu entorno ou área de influência.

Uma das possíveis implicações do PDI é a diferenciação no financiamento das instituições públicas. O anteprojeto prevê a existência de uma verba destacada exclusivamente para projetos de qualidade e de expansão da universidade pública. "A partir da aprovação da proposta, teremos um pouco mais de recursos, separando aqueles de repasse automático e uma parte para a apresentação de planos de extensão e de qualidade", explicou o ministro Tarso Genro (*Folha de S. Paulo*, 31/3/2005). Como a definição do que seria "qualidade" estaria a cargo do próprio MEC, a partir da avaliação do PDI, fica no ar a desconfiança de que ganharão "incentivos" os projetos mais afinados com os interesses do mercado e das grandes empresas.

O anteprojeto também aponta a possibilidade de extinguir cargo e demitir de acordo com a capacidade do orçamento da instituição.

4) Quebra da isonomia salarial

Além de diferenciar uma instituição pública da outra, a proposta do MEC também cria a possibilidade da quebra da isonomia salarial entre os docentes e entre os técnico-administrativos. No inciso VI, legaliza-se a complementação salarial por meio da **remuneração adicional** pela realização de atividades especiais (ou seja, por meio dos convênios e contratos com empresas privadas). "Os mais produtivos, que captarem mais recursos no mercado, receberão remuneração extra por meio de complementação salarial por atividade/tarefa", critica a professora Vera Lúcia Jacob Chaves, da Universidade Federal do Pará.



Ricardo Borges (Andes)

5) Uma pincelada de autonomia

O anteprojeto do MEC procura estabelecer a regulamentação do artigo 207 da Constituição de 1988, que garante às universidades públicas o gozo de autonomia quanto aos fins (didático-científica) e quanto aos meios (administrativa e de gestão financeira e patrimonial), assegurando, entretanto, essa prerrogativa às instituições que praticam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. "Todo o anteprojeto é marcado pela implementação da autonomia neoliberal por meio de uma hiper-concentração de poder nos órgãos do governo e da liberação para que as IES possam gerar recursos financeiros captados no mercado, desobrigando o Estado do financiamento do ensino superior pú-

A expansão de Lula e a realidade dos números

A intenção do governo Lula, de acordo com o anteprojeto de Lei sobre a Reforma do Ensino Anterior, apresentado pelo MEC, é chegar a 40% até 2011. Segundo estudos elaborados pelo professor Otaviano Helene, da USP e ex-presidente do INEP em 2003, seriam necessários R$ 27 bilhões para chegar a esse índice, valores muito superiores aos recursos atualmente destinados ao ensino superior público do país. E aí entra o "jeitinho" palaciano: a saída encontrada é utilizar nesta conta as vagas criadas pelo ProUni (considerando-as como "públicas-não estatais"), os cursos rápidos de dois anos e o ensino à distância.

Segundo cálculos do próprio governo, seria necessário contratar 25.785 professores até 2007 na rede federal de ensino superior. Até o momento, o MEC anunciou a contratação de apenas seis mil professores até 2006.

Como é o financiamento atual

Atualmente, a educação recebe da União recursos equivalentes a 18% dos impostos arrecadados (que correspondem a apenas 44% das suas receitas totais). Da receita de impostos, 20% já ficam retidos antes do repasse, a título de Desvinculação das Receitas da União (DRU), uma maracutaia criada pelo governo FHC e mantida por Lula, que significou um confisco global de R$ 29 bilhões em 2004.

Do total que vai para a educação, 75% ficam para o ensino superior.

O Plano Nacional da Educação (PNE), votado pelo Congresso em 2001, previa a aplicação de 7% do PIB em educação pública em todos os níveis, mas este tópico foi vetado por FHC. Embora tenha se comprometido, durante a campanha eleitoral, a derrubar estes vetos, Lula nada fez até o momento. Atualmente, o governo aplica 4% do PIB.

blico", avalia a professora Vera. Para ela, são artigos desnecessários, pois legislam sobre a Constituição, sendo, portanto, inconstitucionais. "Para a efetivação da autonomia, basta a remoção de todos os entulhos autoritários que impedem que seja exercida em sua plenitude", diz ela, enumerando a própria LDB (Lei 9.394/96) em diversos dispositivos, a Lei 9.192/95, que regulamenta as fundações privadas e a Lei do Sinaes.

No tópico em que trata dos estatutos das universidades públicas, o anteprojeto do MEC omite-se quanto à sua elaboração de forma democrática pela comunidade universitária, a partir de congressos estatuintes e paritários, como defende o Andes e o PNE: Proposta da Sociedade Brasileira. Por outro lado, o estatuto estará submetido ao crivo do Conselho Nacional de Educação (CNE) e ao poder de veto do ministro da Educação (no caso das federais). No caso das particulares, o documento do MEC apenas menciona a necessidade de registro em órgãos "pertinentes".

A gestão democrática é limitada à organização colegiada da universidade, o que não garante a plena participação da comunidade nas decisões, na implementação das ações, no acompanhamento e na avaliação de todo o processo que se passa no interior da instituição. A professora Vera lembra que, para o movimento docente, a gestão democrática implica que os mecanismos de decisão, controle e gestão devam ser estruturados de tal forma que permitam a participação colegiada, paritária, dos três segmentos na definição da política institucional, o que deverá ser feito de forma transparente. "A descentralização das ações e a prestação de contas públicas deverão ser princípios inerentes aos gestores, de todos os níveis, que têm um compromisso com a comunidade interna e com a sociedade em geral", diz ela.

6) Os centros universitários

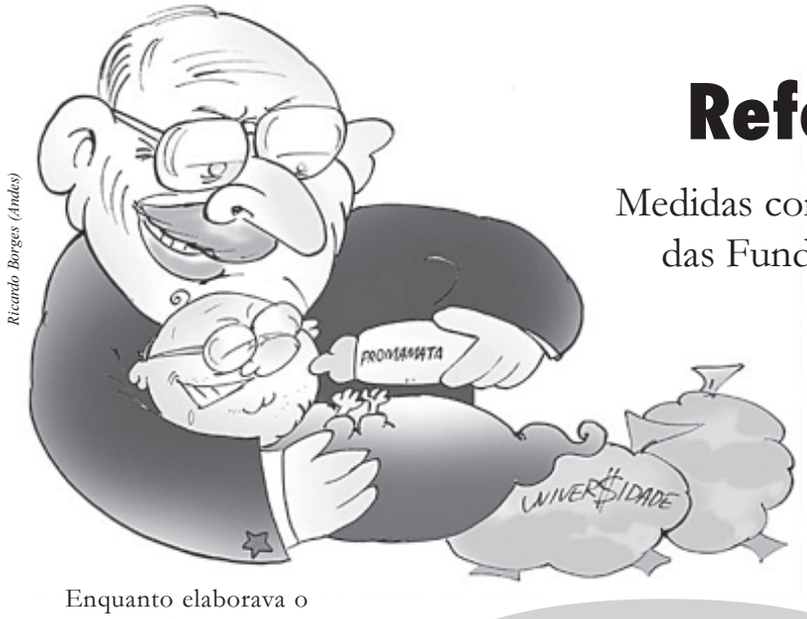
Os centros universitários são um capítulo à parte no anteprojeto do MEC. Criados por decreto durante o governo FHC, eles agora poderão ser legalizados. "Serão destinados à oferta de ensino e programas institucionais de extensão, para que possam criar mais cursos pagos, não sendo exigido o desenvolvimento de pesquisa", comenta a professora Vera (*leia mais sobre os centros universitários na pág. 7*).

7) Assistência estudantil

Ao mesmo tempo em que fala de inclusão social – propondo a instituição de cotas para alunos da escola pública, afrodescendentes e indígenas – o anteprojeto do MEC omite-se num ponto decisivo: a assistência estudantil. "Uma agenda democrática tem de partir do princípio de que o acesso e a permanência são direitos inalienáveis e dever do Estado", assinala o Andes.

A única referência do anteprojeto ao assunto está no artigo 52, que autoriza a realização de um concurso anual especial das loterias, cuja renda seria destinada à assistência a estudantes de baixa renda. "O padrão de financiamento atual é mantido e a loteria apresenta-se como paliativo para preencher lacunas orçamentárias. Precisamos de recursos orçamentários do Tesouro para fazer frente às demandas dos estudantes por bons alojamentos, bons restaurantes universitários, boas bibliotecas, assistência médica, hospitalar, bolsas de estudos, entre outras", arremata a professora Vera.

O futuro da universidade pública depende de nossa luta!
Não à Reforma Universitária do governo Lula!!



Ricardo Borges (Andes)

Reforma fatiada

Medidas como ProUni, PPP's, regulamentação das Fundações de Apoio, Sinaes e Inovação Tecnológica já estão em vigor

Enquanto elaborava o anteprojeto (que deve seguir ao Congresso Nacional após os devidos "ajustes", como aqueles sugeridos pelo setor privado) e falava de "debate democrático", o governo tratou de transformar em leis medidas importantes. São elas:

1) ProUni, o filantrópico remédio para as privadas

O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado pela Lei 11.096, de 13/1/2005, e garante um socorro financeiro às instituições particulares. Em troca de uma ampla isenção fiscal (estimada em cerca de R$ 2,5 bilhões por ano), elas terão que conceder uma contrapartida em bolsas de estudo. A princípio, o governo falou em 20% das vagas (400 mil bolsas integrais), reduzindo essa meta, posteriormente, para 10%. No Congresso, a base governista fechou um acordo

com os empresários e derrubou o índice para 4,25% (120 mil bolsas).

O Andes estima que, com esses recursos, teríamos ensino noturno em todas as universidades federais, criando, de imediato, 400 mil novas vagas. Em três ou quatro anos, poderíamos chegar a um milhão de novas matrículas reais, sem o embuste previsto no ProUni, que permite que as vagas fornecidas sejam nos famigerados cursos seqüenciais.

2) As PPP's na educação

Criadas pela Lei 11.079, de 30/12/2004, as Parcerias Público-Privadas (PPP's) são novas modalidades de investimentos. As PPP's estabelecem normas a serem seguidas nos investimentos feitos em parceria entre o poder público (União, estados e municípios) e a iniciativa privada. Na concessão patrocinada, há o ressarcimento de possíveis prejuízos do setor privado, em parcelas pagas pelo governo periodicamente ao longo do contrato, além da tarifa que poderá ser cobrada dos usuários dos serviços. Inicialmente deixada de fora das PPP's, a educação encontrou sua via de acesso a elas por meio do ProUni.

3) A criação do Sinaes

O sistema de avaliação criado pelo governo Lula pouco difere do anterior. Em vez do Exame Nacional de Cursos (Provão) de FHC, entra em cena o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes/Enade de Lula. O Enade – que reproduz o caráter ranqueador, produtivista e punitivo do Provão – é parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado em abril de 2004, por meio da Lei 10.861.

O Sinaes é composto do seguinte tripé: avaliação interna e externa das instituições de ensino superior; dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes (através do Enade). O planejamento e a operacionalização das ações ficam por conta da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), cuja composição está longe de ser democrática: INEP (1), Capes (1), MEC (3), mais 5 membros indicados pelo ministro da Educação, representante dos docentes (1), dos técnicos-administrativos (1) e dos estudantes (1).

A bandeira histórica do movimento docente é que a avaliação do ensino superior seja participativa, emancipatória e democrática. É claro que, com tanta concentração de poder no Sinaes/Conaes, isto está longe de acontecer. Na verdade, vale aqui a lógica neoliberal para a educação: ao mesmo tempo em que se desresponsabilizam com a educação superior pública, os últimos governos brasileiros vêm concentrando sua atuação na avaliação das instituições de ensino.

4) Fundações privadas, o caminho da mercantilização

O Decreto Federal 5.205/04, editado pelo MEC e MCT, regulamentou a lei 8.958/94, que trata das relações entre as instituições federais de ensino superior e as fundações. Ou seja, as chamadas fundações de "apoio" passam a ser legalizadas, podendo ocupar papel de destaque na captação de recursos junto à iniciativa privada e isentando ainda mais o Estado de financiar o ensino superior público.

5) Lei de Inovação Tecnológica

A Lei de Incentivos à Inovação Científica e Tecnológica, aprovada em 11/11/2004, permite que as universidades possam captar recursos no mercado, oferecendo em troca serviços de inovação tecnológica. O docente passa a ser visto como "empreendedor", sendo remunerado conforme sua capacidade empreendedora. Como nem todas as áreas interessam ao mercado, na prática, isso levaria à quebra da isonomia salarial no interior da universidade.

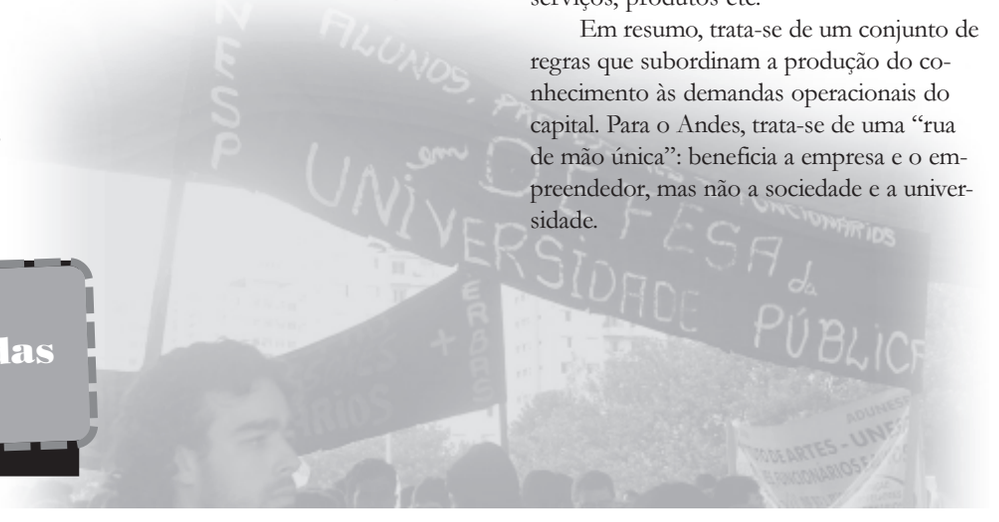
De acordo com seus interesses, as empresas definiriam o que será desenvolvido pela universidade pública, em termos de serviços, produtos etc.

Em resumo, trata-se de um conjunto de regras que subordinam a produção do conhecimento às demandas operacionais do capital. Para o Andes, trata-se de uma "rua de mão única": beneficia a empresa e o empreendedor, mas não a sociedade e a universidade.

Andes defende estatização progressiva

Na contramão da onda privatista que permeia a Reforma Universitária do governo Lula, o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) defende a progressiva estatização das instituições privadas, como forma, entre outras, de ampliar as vagas no ensino superior, na via da universalização da oferta nesse nível de ensino. A proposta consta no documento "*Agenda para a Educação Superior: uma proposta do Andes-SN para o Brasil de hoje*" e sugere a sustação de todos os mecanismos de canalização das verbas públicas para o setor privado (como o ProUni), o congelamento, com vistas à redução das mensalidades, o respeito à liberdade de organização e atuação sindicais, a implantação da carreira docente no curso da qual se garanta a elevação progressiva dos salários e a adoção do contrato por regime de trabalho em substituição à contratação por hora/aula.

Pela revogação imediata das medidas já aprovadas!



As aparências enganam

Setor privado é contra... pero no mucho!

Governo procura utilizar as críticas dos empresários da educação para forçar um consenso a favor da Reforma

Às vezes, é preciso ler além das letras para entender o significado de algumas palavras. No caso da Reforma Universitária, não é diferente. Os empresários da educação têm se esforçado para emplacar na grande imprensa argumentos contrários à Reforma, às vezes de forma bem contundente. Em sua análise do anteprojeto do MEC, o Fórum da Livre Iniciativa da Educação, que reúne 25 entidades do setor particular, denuncia que o "objetivo latente é promover uma maior intervenção no processo de gestão, especialmente no setor privado". O texto cita como exemplo a criação de conselhos sociais e a obrigatoriedade de eleições diretas para membros da reitoria.

Não se trata de negar que haja críticas por parte das entidades empresariais. Ocorre que elas não são determinantes nesta discussão. No essencial, há acordo com o governo, como é o caso do ProUni, da Inovação Tecnológica, do Sinaes, entre outros. No entanto, os empresários consideram que tais medidas são insuficientes e pleiteiam mais vantagens e desregulamentação.

Nesse sentido, a força do empresariado não é qualquer coisa. O exemplo do ProUni é bastante revelador. A princípio, o governo sinalizou que exigiria 20% das vagas em troca da isenção completa de tributos (algo em torno de R$ 2,5 bilhões por ano). Os donos de faculdades chiaram, fizeram *lobby* no Congresso Nacional e conseguiram uma significativa redução. As 400 mil bolsas anunciadas pelo MEC reduziram-se, com isso, a cerca de 100 mil. Detalhe: a redução foi aprovada por "acordo" entre *todos* os partidos.

Aqui, vale a conclusão tirada por Roberto Leher, docente da UFRJ e ex-presidente do Andes: "Os empresários da educação criticam o anteprojeto. Os empresários são contra o controle estatal. Logo, o governo irá liberalizar e desregulamentar ainda mais o setor" (*in* "O setor privado critica o anteprojeto, *logo* o anteprojeto é bom. Um mau silogismo para defender a contra-reforma").

Bem público

Em sua análise, o Fórum Nacional da Livre Iniciativa em Educação destaca os pontos do anteprojeto com os quais concorda. A tese de que a educação é um "bem público" é uma delas. Ou seja, as verbas estatais podem ser distribuídas a todas as instituições que oferecem esse "bem público, independente de serem públicas ou privadas. Este ponto dá margem não só ao ProUni, mas também à possibilidade de conversão de filantrópicas em empresariais, permitindo a transferência de patrimônio sem pagamento de impostos e contribuições. Em seu artigo, Leher cita como exemplo o caso do reitor e proprietário da Universidade de Marília (Unimar), Márcio Mesquita Serva, recentemente condenado pela 1ª Vara Federal Criminal de São Paulo a 10 anos de prisão e multa por crime de sonegação fiscal (ele pode apelar em liberdade). Em nome da instituição, que era filantrópica na época, Serva e família utilizaram a imunidade tributária para aumentar o patrimônio pessoal, desviando recursos para a compra de prédios de apartamentos e até um avião (*Folha de S. Paulo*, 2/4/2005). Se a Reforma for aprovada como pretende o governo, esse crime deixaria de existir.

Centros Universitários

Outra concordância dos empresários é em relação à institucionalização dos Centros Universitários. Esta modalidade, que não está prevista na LDB, foi criada pelo Decreto 2.306/97, ainda no governo FHC, e recebeu muitas críticas. Os Centros Universitários têm prerrogativas de universidades (criar cursos, por exemplo), mas estão liberados de fazer pesquisa e extensão.

De acordo com o anteprojeto, para uma instituição ser considerada universidade, precisa oferecer 12 cursos de graduação em três campos do saber, três mestrados e um doutorado. As universidades "especializadas" (vale lembrar que a maioria delas é especializada na área de Humanas) precisam ter apenas oito cursos de graduação e um mestrado ou doutorado. Para os Centros Universitários, a exigência é de seis cursos de graduação em

Um mercado de R$ 16 bilhões

A pressão dos empresários da educação superior tem razões muito palpáveis. No ano passado, as universidades privadas movimentaram cerca de R$ 16 bilhões. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil está entre os cinco países em que a educação superior é mais privatizada (*Gazeta Mercantil*, 21/3/2005).

De acordo com o Censo da Educação, 88% de todas as escolas superiores do país são privadas. Elas oferecem 72% de todas as vagas, contra 28% das universidades públicas. De 1975 a 2003, o número de matrículas cresceu 282% nas escolas privadas, enquanto nas públicas esse acréscimo ficou em apenas 53%.

Toda essa expansão privada não significa, no entanto, que o Brasil esteja entre os países com maior número de universitários. Ao contrário. São cerca de 3,5 milhões de alunos matriculados em cursos superiores, o que representa apenas 1,9% da população. Na Argentina, esse índice é de 4,6% da população.

dois campos do saber (se forem "especializados", a exigência cai para quatro cursos em um único campo do saber).

Capital estrangeiro

Uma das críticas freqüentes dos empresários diz respeito à presença de investimentos estrangeiros na educação. Longe de significar uma interferência, a inclusão deste tópico no anteprojeto da Reforma Universitária atende a uma antiga reivindicação do empresariado da educação. O que está em debate é apenas o índice (fixado, a princípio, em 30%).

Suscetível às pressões, o MEC admite – com todas as letras – alterar este limite. "O valor, de 30%, 40% ou 50%, não é o essencial. O que é fundamental é existirem regras para controlar o setor", afirmou Ronaldo Mota, secretário-executivo do Conselho Nacional de Educação (*O Estado de S. Paulo*, 2/3/2005). Mota lembra, ainda, que o teto de 30% de participação estrangeira é determinado apenas para as empresas com fins lucrativos. "Os outros setores podem formar parcerias sem restrição", diz.

Este é um ponto importante da Reforma Universitária, que atende diretamente ao capital internacional, ávido por viabilizar novos mecanismos de lucros em países como o Brasil, e aos seus eventuais sócios na burguesia nacional. Um destes sócios, aliás, está bem próximo do MEC. Trata-se do ministro do Turismo do governo Lula, Walfrido Mares Guia, proprietário do grupo Pitágoras, em sociedade (meio a meio) com o grupo americano Apollo (dono de universidades importantes nos EUA, como a de Phoenix, no Arizona).

Mensalidades em alta

Um dos principais problemas para os estudantes das universidades privadas são as altas mensalidades cobradas e a falta de controle do governo. Esse ponto sequer é citado no anteprojeto de Reforma Universitária do MEC.

O "consenso" do MEC

Ao mesmo tempo em que busca o apoio das entidades ligadas aos trabalhadores e aos estudantes, o governo deixa claro que tentará viabilizar um acordo ainda mais flexível com o empresariado. "Estamos em busca de um consenso" disse o ministro Tarso Genro, em reunião com os empresários da educação na Confederação Nacional da Indústria/CNI (*Valor Econômico*, 1º/3/2005).

"As medidas empreendidas pelo governo e as previstas pelo anteprojeto definem um grande marco normativo que fortalece o setor privado por meio de isenções fiscais, pelo aprofundamento da diferenciação das IES, pelo baixo perfil para a classificação das instituições como universidades e centros universitários e pela abertura do mercado ao investimento estrangeiro", conclui Roberto Leher. Para ele, a oportunidade de uma "reforma" da educação superior é vista pelos empresários como uma preciosa oportunidade de melhorar as condições para os negócios educacionais, liberalizando e flexibilizando ainda mais o setor. Ele frisa, ainda, que muitas reivindicações são específicas de setores (universidades empresariais, confessionais etc.) e não atendem a todo o setor privado.

Leher considera que os conflitos entre essas frações são agudos e o fato de todas as entidades empresariais terem acordado um documento unitário, por meio do Fórum Nacional da Livre Iniciativa em Educação, não autoriza a avaliação de que a competição entre elas será atenuada.

"Não é preciso fazer futurologia para saber que as frágeis regulamentações das condições de funcionamento do setor privado serão derrubadas, muito provavelmente já na Casa Civil", finaliza.

"Bird quer mais cursos universitários curtos"

Com esta manchete, o jornal carioca *Tribuna da Imprensa* (22/3/2005) expôs a opinião de um dos mais importantes organismos do grande capital – o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento/Bird, que integra o Banco Mundial. Citando a opinião de Cláudio de Moura e Castro, ex-diretor da área de políticas educacionais do Banco Mundial, a matéria defende a expansão dos cursos universitários de curta duração, de dois ou três anos, como sendo um dos caminhos para ampliar o acesso dos jovens à universidade.

De acordo com Castro, que é presidente do grupo consultivo do grupo Pitágoras, alunos de baixa renda, sem condições de arcar com os custos de um curso tradicional, poderiam se formar em menos tempo. "O aluno mais pobre consegue se endividar por dois anos, mas por quatro é muito mais difícil", argumentou. Ele lembra que vários países já adotam tais cursos em larga escala, como é o caso da Argentina, Venezuela e Chile, onde os cursos mais curtos atraem um terço das matrículas nas universidades, em áreas como manutenção de equipamentos e secretariado. No Brasil, para desalento do Banco Mundial, os números ainda são modestos: cerca de 10% dos quase quatro milhões de universitários fazem estes cursos.

A expectativa do Banco Mundial, segundo Castro, é que o anteprojeto da Reforma Universitária dê mais atenção ao assunto, estimulando o crescimento dos cursos rápidos. Em outras palavras: é preciso abrir uma brecha para escoar o descontentamento da população com a elitização do acesso ao ensino superior. Como? Oferecendo, para a maioria, ensino aligeirado e dirigido aos postos de "segunda linha" no mercado de trabalho; para a minoria, cursos tradicionais e voltados para áreas mais "nobres". E mais: é preciso facilitar o caminho para a iniciativa privada, que vê nos

Onde os empresários querem "avançar"

Ricardo Borges (Andes)

A grita dos empresários tem um rumo certo: forçar o governo a negociar os pontos em que se consideram prejudicados. Como mostra o exemplo do ProUni (diminuição drástica do total de bolsas concedidas em troca de isenção fiscal), não é difícil que consigam. Os principais pontos são:

1) Processo de gestão democrática

.*O que prevê o anteprojeto*

- Eleição direta pela comunidade para a escolha de um pró-reitor com critérios elaborados pelo Conselho Superior, em geral constituído pela direção da instituição.
- Criação de Conselho Comunitário Social, de caráter consultivo.

. *O que querem os empresários*

- Eles dizem que isso fere a Constituição (art. 209, I e II), que diz ser o ensino livre à iniciativa privada, desde que observadas as normas gerais da educação nacional, a autorização e a avaliação de qualidade pelo poder público.
- Eles criticam o Conselho, alegando que "torna possível a substituição do mérito acadêmico e da competência administrativa por ações de cunho sindical, corporativista ou vinculadas a forças estranhas ao meio acadêmico".

2) Avaliação

.*O que prevê o anteprojeto*

Cria o Sinaes e o Enade (veja detalhes na página 6).

. *O que querem os empresários*

Eles questionam o que vem a ser "padrão de qualidade" para fins de avaliação, pois seus indicadores e/ou valores não são definidos. Eles defendem que o credenciamento e a classificação não podem adotar, ainda, o Sinaes e o Enade. Também pedem a revisão do papel institucional do MEC, com a criação de uma agência reguladora independente, especializada em avaliação e certificação de qualidade de cursos e instituições. Ou seja, querem levar ainda mais longe a descentralização da avaliação e do credenciamento já prevista no anteprojeto.

3) Educação à distância

.*O que prevê o anteprojeto*

O governo diz estar aberto às sugestões da iniciativa privada.

. *O que querem os empresários*

Eles reclamam maior apoio à educação à distância e uma "gestão articulada entre o ensino presencial e o não-presencial, educação continuada e à distância, certificações intermediárias e finais, registro de certificações e fiscalização das profissões etc". Para eles, "qualquer reforma que se preze deve investir na direção do futuro em termos de formação, educação continuada e à distância, inovações didáticas e metodológicas e diminuição de controles em favor de avaliações de aprendizagem."

4) Capital estrangeiro

.*O que prevê o anteprojeto*

Limita a 30% a participação do capital estrangeiro em instituições com fins lucrativos.

. *O que querem os empresários*

Ampliar este limite.

5) Pesquisa

. *O que querem os empresários*

Reivindicam maior apoio do fundo público para o financiamento da pesquisa, para favorecer a interação entre a pesquisa universitária e as empresas públicas e privadas e, também, para o apoio à qualificação dos docentes das privadas, por meio de bolsas. Para isso, pedem mudanças no sistema de avaliação da pós-graduação realizado pela CAPES (credenciamento e conceitos).

A reforma em São Paulo

Primeiros passos da foram dados na Unesp

Manifestação durante a greve de 2004

A exemplo do que ocorreu na Reforma Previdenciária, tudo indica que o governo Alckmin pretende sair na frente do governo federal na Universitária. Por iniciativa da Secretaria de Ciência e Tecnologia, cinco grupos de trabalho já estão atuando desde janeiro/2005, com o objetivo de propor uma considerável expansão no ensino superior público paulista. O Plano Diretor, como vem sendo chamado, deve ser submetido ao governador até 1º/6/2005. Se valer a experiência recente da Unesp e do Centro Paula Souza, é de se prever que tal expansão não virá acompanhada dos recursos necessários.

Na realidade, o governo Alckmin não opõe discordância à reforma pretendida por Lula, mas não quer simplesmente repetir em nível estadual as medidas que venham a ser aprovadas futuramente. A intenção é deixar uma marca própria, ainda que copiando o essencial, de forma a angariar dividendos eleitorais. Alckmin, aliás, acumula boa experiência nisso, como ficou claro nas eleições a governador de 2002 (quando usou a expansão nas ETE's e FATEC's) e as municipais de 2004 (quando usou a expansão na Unesp).

Unesp foi balão de ensaio

A expansão de vagas e cursos na Unesp, iniciada em 2002, antecipou em São Paulo os princípios da Reforma Universitária do governo Lula. Sem garantia de recursos, foram criadas oito Unidades Diferenciadas (UD's) na Universidade e diversos cursos novos em *campi* já existentes. O relatório apresentado pela Comissão de Averiguação sobre as finanças da Universidade (criada pelo CO), mostrou um dado alarmante: embora o número de alunos formados na graduação tenha aumentado 76,3%, comparando-se o ano de 2003 a 1992, por exemplo, temos uma queda de 8,7% no total de docentes da instituição. O número de docentes em regime de dedicação exclusiva (RDIDP), requisito essencial para a manutenção do tripé ensino/pesquisa/expansão, caiu 16,3% neste mesmo período. Os regimes parciais (RTC e RTP), ao contrário, cresceram 80,7% entre 2001 e 2003.

Os frutos da irresponsabilidade e da submissão da administração da nossa Universidade aos interesses eleitorais do PSDB hoje são indiscutíveis, como bem o provam as greves estudantis que sacodem a instituição neste início de 2005 (*veja na página seguinte*).

Antes da criação das UD's e dos novos cursos, a comunidade universitária já havia sido surpreendida com a assinatura do convênio PEC-Formação Universitária com a Secretaria de Estado da Educação, que levou à criação de cursos virtuais para a formação de professores do ensino fundamental. Posteriormente, viria o Pedagogia Cidadã, curso em vigor em dezenas de cidades do estado, em muitos casos sendo cobrado dos alunos. Ambos os programas – PEC-Formação Universitária e Pedagogia Cidadã – colocaram a Unesp na vanguarda de um novo modelo de educação no país, aligeirada, majoritariamente à distância e de duvidosa qualidade.

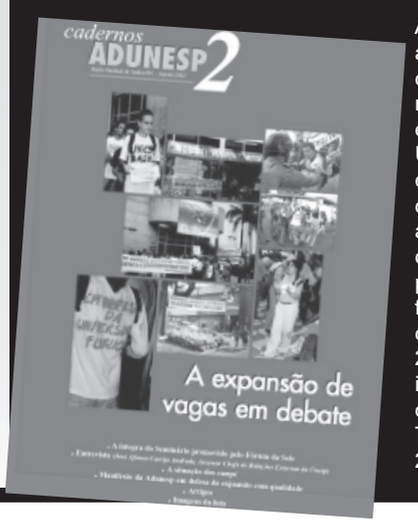
Cotas em SP

Nos mesmos padrões do projeto que tramita no Congresso Nacional, também está em discussão, na Assembléia Legislativa de SP, uma proposta de criação de cotas para oriundos de escolas públicas, afrodescendentes e indígenas. Trata-se do PL 530, proposto por deputados do PT, PC do B, PP, PL, PSB e PPS. Pelo projeto, 50% do total de vagas da USP, Unesp e Unicamp ficariam destinadas aos estudantes provenientes da rede pública de ensino. Destas, 30% ficariam com estudantes auto-declarados afrodescendentes.

Assim como o projeto do governo federal, o paulista omite-se no essencial: não prevê aumento de vagas com o devido aumento de recursos, mas apenas a reserva de parte do que já existe. Outro problema decisivo: nada se ventila sobre assistência estudantil, ou seja, mecanismos de manter na universidade esses estudantes (moradia, alimentação, transporte etc).

Fundações

Também tramita na Assembléia Legislativa de São Paulo um projeto que visa a legalização dos cursos pagos nas universidades públicas de SP, autoriza a participação de servidores estaduais nas fundações, permite às fundações o uso dos bens materiais e imateriais das universidades públicas, além de eliminar os repasses financeiros destas fundações às universidades às quais se vinculam.



A Adunesp acompanhou e denunciou as mazelas da expansão na Unesp. Ao lado, duas das publicações sobre o assunto: à esquerda, sobre os programas de formação aligeirada de professores (fev/2002); à direita, o início da expansão durante a gestão Trindade (ago/2002)

A reforma em São Paulo

Estudantes da Unesp reagem nas UD's e nos campi

Os problemas da Unesp, particularmente nas Unidades Diferenciadas (UD's) – que convivem com a falta de professores e de infra-estrutura decente para os cursos, além da insuficiente assistência estudantil – levaram a uma grande mobilização neste início de 2005, com atos públicos, ocupações e paralisações.

Em março, houve várias paralisações em UD's e cursos novos, contra a falta de professores, de assistência estudantil, infra-estrutura etc. A mobilização culminou com um grande ato em Marília, que contou com a presença de alunos de Assis, Rosana, Ourinhos etc.

No Conselho de Entidades Estudantis da Unesp/Fatec, realizado em março, 7 de abril ficou definido como Dia de Luta pela Assistência Estudantil e Contra a Reforma Universitária. "Foi um dia histórico em Franca", avalia Joyce Akemy, coordenadora de Assistência Estudantil do DCE Helenira Rezende. Ela conta que os portões do campus foram trancados e, à tarde, houve um debate sobre modelos de universidade. O dia terminou com uma passeata pelas ruas centrais da cidade, com a presença de cerca de 300 pessoas.

Estudantes tiveram participação ativa na greve de 2004

Em Bauru, uma grande passeata atraiu estudantes de outras instituições e juntou perto de seis mil pessoas. Em Marília, onde já acontecia uma ocupação do pessoal de Biblioteconomia e Arquivologia, o dia 7 foi marcado por uma ocupação geral e uma assembléia. "O problema da infra-estrutura aqui é muito grave e até salas de projeção de vídeo estão sendo usadas como salas de aula", relata Rafael Del'Omo, da Coordenação de Mobilização do DCE, lembrando que também é grave a falta de professores.

Os estudantes de Prudente fizeram uma manifestação com, aproximadamente, 100 pessoas. Em Araraquara, o campus foi ocupado pelos alunos, que reivindicam a construção de quatro blocos de moradia, a volta do xerox público e contra o Banespa/Santander (que patrocinou a implantação de uma catraca no Restaurante Universitário). Em Rio Claro, também houve paralisação, debates e encenações teatrais sobre a crise na Unesp. Os estudantes de Assis tomaram iniciativa semelhante e também paralisaram as aulas. Em Rio Preto, os alunos entregaram uma pauta de reivindicações ao reitor Marcos Macari, que passou pelo campus.

As UD's também foram à luta no dia 7. Em Rosana, houve paralisação, com debate sobre as reivindicações e panelaço na cidade. Eles pedem a contratação de professore em RDIDP, verbas para assistência estudantil, laboratórios de Língua e Cartografia, reforma estatutária na Unesp (para incluir as UD's como *campi*) e aumento da verba do ICMS para as universidades estaduais paulistas.

Trecho da carta distribuída pelos estudantes em Franca

(...) "Entendemos que os problemas encontrados em Franca não são específicos do campus, mas sim correspondem a uma política consciente por parte dos governos estadual e federal que, cada vez mais, colocam em xeque a própria existência do ensino público. Por isso, o 7/04 foi organizado como um grande dia de mobilização geral em todos os *campi* da Unesp espalhados pelo estado de São Paulo, a fim de demonstrar a situação encontrada nas universidades e dar os primeiros passos para uma luta conjunta e organizada por uma universidade pública e gratuita, que atenda à maioria esmagadora da população, que hoje não se encontra na universidade.

Luta que é, em parte, continuidade da greve que varreu as universidades públicas do estado de São Paulo e algumas federais no ano de 2004. As greves e mobilizações, que se iniciaram pelas precárias condições de ensino, tiveram que se enfrentar diretamente contra o governo e a implementação paulatina de sua Reforma Universitária. O projeto, que hoje o governo Lula apresenta com orgulho, já vem se provando na prática através de cortes de verbas, arrocho salarial de professores e funcionários, falta de assistência estudantil e direcionamento da autonomia das universidades no sentido de buscar recursos através de convênios e parcerias."

As cotas em debate

Para estimular o debate sobre as propostas de cotas na universidade, a Adunesp apresenta, a seguir, duas entrevistas. Na primeira, o professor Francisco Carlos Vitória, da Universidade Federal de Pelotas, mostra seus argumentos contrários às cotas. Na segunda, o professor Kabengele Munanga, da USP, explica as razões que o levam a defendê-las. Ambos os entrevistados tiveram liberdade de espaço para expor suas posições. Confira a seguir:

Marília foi palco de mesa-redonda

No dia 15/3/2005, o campus de Marília sediou a mesa-redonda "Políticas de Ações Afirmativas - Cotas na Universidade". A atividade foi uma realização conjunta da Adunesp com a Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília e as Comissões Permanentes de Ensino e Pesquisa do campus. Na página da Adunesp (www.adunesp.org.br), veja documento produzido a partir do debate.

O debate em Marília

CONTRA

"Mudanças que deixam tudo como está"

Com Francisco Carlos Vitória, professor de História do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça - Universidade Federal de Pelotas.

***Adunesp -** Quais são as origens da reivindicação de 'cotas para negros e negras', tanto no ensino superior quanto no mercado de trabalho?*

Francisco Carlos Vitória - Setores do movimento e intelectuais negros começam a reivindicar reservas de vagas para negros e negras no ensino superior e no mercado de trabalho de maneira mais forte pelo meio da década de 90 do século passado. Neste momento, está emergindo o que se pode identificar como "novos movimentos sociais", que são basicamente movimentos que buscam o atendimento de suas particularidades, abrindo mão da luta unificada iniciada no final da década de 70.

Como sabemos, os anos 70 foram marcados como o período de aprofundamento da repressão do regime militar, que se instalou no Brasil com o golpe de 1964, e que manteve sob censura os movimentos populares, sindicais e da juventude. Estes movimentos retornam abertamente à cena política brasileira no final da década de 70, buscando, com uma ação unificada, resistir e batalhar para derrotar o "regime" e dar como encerrado o dito "período de exceção". Nesta luta geral, as particularidades constam das diferentes pautas e o próprio movimento negro está fazendo a denúncia da situação da população negra, que se encontra em um profundo processo de desigualdade econômica, tendo de enfrentar o preconceito social e a discriminação racial no interior da sociedade brasileira.

Nos anos 80, dado o fim a ditadura militar, nas discussões que se seguiram no chamado processo de redemocratização, os movimentos populares constroem a consciência do direito de ter direito, que se reflete na Constituição de 1988, onde, por exemplo, educação, saúde, entre outros são colocados como direitos universais, dever do Estado. Neste momento, o racismo surge como crime inafiançável, sujeito a penas que podem chegar a cinco anos de prisão, o que foi uma conquista do movimento negro.

Os anos 90 trazem ao Brasil os ventos da globalização, do neoliberalismo como algo inevitável. Os diferentes governos que se sucedem à frente do Estado brasileiro escolhem como forma de inserção do Brasil na nova ordem a aplicação do receituário ditado

pelos organismos econômicos internacionais, tendo início o ataque ao patrimônio público e aos direitos sociais, a um só tempo buscando privilegiar o capital e desresponsabilizar o Estado do atendimento da demanda social. Neste sentido, os direitos universais acabam por se tornar privilégios que serão estendidos a alguns, dentre os muitos grupos excluídos, na forma de políticas focalistas e ou compensatórias.

É neste contexto que, no início dos anos 2000, ganha intensidade a reivindicação de reservas de vagas no mercado de trabalho e, principalmente, no ingresso de negros e negras ao ensino superior.

Adunesp - Como é o processo de ações afirmativas em vigor nos EUA? Quais são seus resultados?

Vitória – A implantação das cotas raciais, ou políticas afirmativas, nos Estados Unidos remonta à década de 60 do século passado. Precisamos destacar que elas acontecem em um cenário onde o movimento negro norte-americano passava por um momento de intensa mobilização, reivindicando direitos sociais e humanos. Elas surgem, portanto, como resposta a isso, como forma de desarticular a mobilização das organizações de negros e negras. Lá, as políticas afirmativas acabaram por atingir uma minoria da população negra, aos restantes sobraram a criminalização dos movimentos, um volume cada vez maior de drogas jogadas nos guetos e um crescimento sem freios da população negra nas prisões. Nestes mais de 40 anos de implantação das políticas afirmativas, o racismo continua fazendo parte das relações étnicas norte-americanas. Dentre a chamada classe média, apenas 3% é de origem afro e, nos dias atuais, a reação conservadora de Bush está discutindo no Congresso o fim desta política. Na prática, tal política já quase não existe, na medida em que, na maior parte das universidades, as cotas estão sendo direcionadas aos desportistas. Ou seja, o negro entra não por ser negro, mas por praticar algum tipo de esporte.

Adunesp - Sua posição pública tem sido contrária à implantação das cotas nas universidades. Por que?

Vitória - Como oposição à implantação do sistema de cotas existem dois tipos de argumentações. Uma é absolutamente elitista e conservadora, que constrói seu discurso sobre a lógica perversa da igualdade de oportunidades e de direitos, que serão acessados por todos de acordo com o mérito de cada um; diz ainda que o ingresso de estudantes negros a partir do sistema de cotas irá fazer com que o ensino superior se desqualifique. Outra argumentação, com a qual me identifico e me alinho, concorda com o que é dito sobre a existência de uma divida histórica do Estado brasileiro com a população negra, em função da forma como nossos ancestrais foram caçados, capturados e, à força, trazidos para cá, para trabalharem como escravos na construção da riqueza da burguesia nativa e metropolitana. Mas é aqui que surge a discordância, entendendo que esta dívida foi contraída com o segmento da população negra no seu todo; não aceitamos que a reparação se faça na forma de compensação, de privilégios que focalizarão alguns em detrimento de muitos.

> *"Na busca do específico, os defensores das cotas têm negligenciado o geral. Desta forma, têm permitido que as reivindicações dos movimentos sirvam para que o governo possa atingir seu intento de direcionar recursos públicos ao mercado, deixando o setor público à mercê de possíveis parcerias com empresas privadas."*

E mais: não consideramos possível tornar concreto conceitos como democracia, igualdade e cidadania em um contexto onde a nova ordem estabelecida faz com que a desigualdade econômica chegue à sua radicalidade através da exclusão social. Neste sentido, qualquer tipo de política que coloque como proposta a inclusão social só poderá fazê-lo, objetivamente, se a inclusão se der nos limites da desigualdade. Daí, afirmamos que não basta lutar pelo ingresso do aluno e da aluna no ensino superior; é preciso que se criem condições para sua permanência; é preciso que se atue sobre os currículos universitários para que alunos negros e negras possam se sentir identificados com ele; é preciso que sejam criadas condições para que estes alunos possam chegar até as salas de aulas, com material necessário para acompanhá-las e delas participar.

Apontamos um equívoco na fragmentação da luta. Educação deve ser um instrumento de emancipação humana. Por isso, devemos buscar o resgate do caráter de universalidade com o qual este direito – a educação – foi consagrado na Constituição de 1988. Seja para o mínimo que aqui colocamos ou para o máximo que desejamos, acreditamos que o fim do vestibular permitirá o acesso a todos os que desejarem cursar o ensino superior. Assim, a possibilidade de alcançarmos êxito terá o tamanho exato da articulação que formos capazes de construir com os demais movimentos populares, aqui incluídos os da classe.

Adunesp - Nos inúmeros debates que vêm se realizando sobre o assunto, um aspecto levantado é que a política de cotas, na realidade, procura colocar na universidade aqueles estudantes negros que estavam "quase lá", ou seja, um estrato minoritário do conjunto da juventude negra. Você concorda com isso?

Vitória - Vamos falar sobre meritocracia. Para os conservadores, este é o elemento essencial para determinar o ingresso do aluno ao ensino superior. Tendo este elemento como norte, apresenta-se aos candidatos uma prova, igual para todos, e, ao final, aqueles de melhores notas terão direito de tornarem concreto o seu projeto de realização de um curso superior. No todo deste processo, não são levadas em conta as diferenças socioeconômicas e culturais existente entre os candidatos. Aos conservadores, qualquer outra forma de ingresso, que seja por cotas, por exemplo, coloca à universidade o risco de ver cair a qualidade do ensino que oferece.

Pois bem, em resposta a isso tenho lido e escutado o que escrevem e dizem os defensores da implantação do sistema de cotas e estes têm defendido a meritocracia, aquela mesma tão criticada e apresentada como elemento de exclusão. Argumentam que os alunos negros e negras, para ingressarem na universidade, terão também que se submeter a uma prova, a mesma dos demais alunos, e após estarão aptos ao ingresso aqueles de melhores notas.

Não concordo com os conservadores e, pelo mesmo princípio, não concordo com os defensores das reservas de vagas. Reconheço a diferença entre alunos negros e não negros. Estes últimos teoricamente vêm das melhores escolas, possuem uma situação econômica melhor e, por isso, podem ser considerados mais preparados para o processo de vestibular. Mas devo reconhecer, também, que existem diferenças na relação entre alunos negros, diferenças estas que são socio

econômicas e culturais e que estabelecem que alguns destes alunos cheguem ao processo vindos das melhores escolas públicas e até mesmo particulares, que tragam consigo uma bagagem de informação muito maior na medida em que pertencem ao segmento economicamente dito médio da população. E aqui vale um parêntese: o número de negros na chamada classe média não deve ser desconsiderado; basta ver a revista Raça Brasil do mês de novembro/2004, ou de qualquer mês, para ver o poder aquisitivo do público ao qual ela se destina. Estes alunos têm acesso a computadores em suas casas, a revistas semanais, com a possibilidade de estarem sendo acompanhados em seus estudos por país mestres ou doutores. Portanto, estas diferenças acabam por dar vantagem a alguns e a colocar muitos outros em situação de desvantagem. O resultado disso será a exclusão de alunos negros por outros alunos negros. Quer dizer, aos alunos que, teoricamente, não necessitariam do sistema de cotas para ingressar na universidade, estarão reservadas as vagas nos chamados cursos de profissões nobres, aquelas de maior remuneração no mercado. Aos outros, restarão vagas em cursos onde hoje já se encontra a maioria de estudantes negros e negras.

***Adunesp -* Outro elemento que surge nos debates é que a política de cotas – por ser assunto apaixonante e polêmico – tende a desviar a atenção daquilo que é essencial na Reforma Universitária em curso, ou seja, o favorecimento aos empresários da educação e as medidas privatizantes em relação à universidade pública. O que você acha desta questão?**

Vitória - Como disse anteriormente, as reivindicações por reservas de vagas ganham intensidade quase que ao mesmo tempo em que é implantado no Brasil o ideário neoliberal, que receita a minimização do Estado, o que faz com que os grupos que chegam ao governo possam optar por transformar, através das reformas, serviços públicos em artigos de mercado. Foi assim com a saúde, com a Previdência Social e está sendo assim, agora, com a reforma do ensino superior. Esta reforma visa, entre outros fatores, a permitir que o governo possa se desresponsabilizar com o financiamento do ensino superior público. Para isso, o governo propõe um sistema de avaliação das instituições, com critérios iguais aplicados sobre as diferenças, onde pontuação baixa significa diminuição no repasse de verbas. Antes mesmo de aprovada a contra-reforma, o governo nos apresenta e põe em execução o ProUni, que consiste na compra de vagas em instituições particulares para serem oferecidas como "benefíício" a alunos carentes do ensino público, entre eles negros e índios. Na verdade, o governo descobriu nas reivindicações das camadas desfavorecidas da sociedade a boa desculpa para legitimar a operação de salvamento econômico de instituições que, pela baixa qualidade do ensino que oferecem e/ou pelo custo alto que cobram por este "serviço", acabam por ter muitas vagas ociosas, o que lhes acarreta perda de lucratividade e necessidade de compensação. Penso que os defensores das cotas não têm estado atentos a esta situação; na busca do específico, têm negligenciado o geral, e, desta forma, permitido que as reivindicações dos movimentos sirvam para que o governo possa atingir seu intento de direcionar recursos públicos ao mercado, deixando o setor público à mercê de possíveis parcerias com empresas privadas.

Adunesp - Alguns setores favoráveis às cotas argumentam que, embora sejam corretas as críticas de que, paralelo às cotas, seria preciso discutir a qualidade do ensino fundamental e médio, a inexistência de uma política de assistência estudantil que garanta a permanência etc, ainda assim elas seriam um avanço em relação à situação atual. Argumentam que, ao garantir a presença de uma parcela dos negros (ainda que pequena) nas universidades, forçosamente brotarão as contradições e isso poderá levar a uma mobilização pela cobrança destes direitos. Qual é a sua opinião sobre isso?

Vitória - Penso que antes de apontarmos as dificuldades de ingresso ao ensino superior, deveríamos estar discutindo as dificuldades de permanência do estudante no nível básico de ensino. Os gráficos nos mostram a grande distância que precisa ser percorrida até atingirmos a sonhada universalização do ensino neste nível. Ainda são grandes os índices de reprovação e repetência, e é possível lermos disso que os alunos mais atingidos são exatamente os estudantes negros e negras. Neste sentido, é preciso estarmos atentos à qualidade do ensino básico, entendendo que o prejuízo é causado tanto ao aluno que, sendo várias vezes reprovado, acaba por abandonar a escola, quanto ao aluno que, permanecendo na escola, acaba por ser aprovado sem que tenha apreendido neste processo as informações necessárias para poder fazer uma leitura mais adequada da vida e por esta poder atingir os objetivos a que se propõe. No aspecto de assistência estudantil, temos que trazer à tela o fato de que esta é uma discussão antiga na pauta das conversas que o governo tem ou finge ter com os movimentos estudantil e docente. Nestas negociações, não se tem chegado a um bom termo, na medida em que o governo, mesmo não conseguindo privatizar de vez o ensino, tem diminuído o máximo possível o montante de verba colocada à disposição de cada rubrica que sustenta as universidades, fazendo com que hoje a assistência estudantil praticamente inexista. Por este caminho, percebemos que pouco ou quase nada mudará na realidade das universidades com a presença dos alunos cotistas. A contradição já é reconhecida e o máximo que se tem alcançado são mudanças com caráter de não mexer na estrutura das universidades. Os próprios alunos que nela ingressam, cotistas ou não, trazem consigo o espírito de transformação, estando muito mais preocupados em concluir este rito de passagem e saírem com o diploma debaixo do braço para buscar seu espaço no competitivo mercado de trabalho. Não será pela adoção das cotas que construiremos a democracia e a igualdade que buscamos.

***Adunesp -* Um outro argumento favorável às cotas é aquele que procura traçar um paralelo da situação dos negros com a situação da mulher. O que se diz é que, de fato, a discriminação da mulher só poderá ser eliminada no marco de uma nova sociedade, com o fim do capitalismo. No entanto, é preciso lutar pelo atendimento das suas reivindicações democráticas agora (acesso ao mercado de trabalho, salários e direitos iguais aos do homem, participação política e sindical etc etc), sem perder o horizonte da luta contra o capitalismo. Caso contrário – alegam estes setores, fazendo a analogia com a situação dos negros – estaríamos fadados ao imobilismo. Qual é a sua opinião?**

Vitória - Sempre parti do princípio de, na unidade, não esquecer a diversidade. Tendo isso presente, vejo como positivas as reivindicações que fazem os diferentes movimentos, seja de gênero, étnico, por orientação sexual, enfim... .O que me preocupa é a possibilidade destes movimentos se fecharem em suas particularidades e passarem a disputar espaço com aqueles que são tão excluídos quanto eles. O caminho para a emancipação humana não está na disputa dentro da classe, mas sim na busca da superação da sociedade de classes. O caminho da adaptação à nova ordem não nos leva a acabar com a desigualdade econômica nem com a exclusão social. Neste sentido, devemos levar nossas lutas buscando combinar o geral com o particular, fazendo com que a luta de negros, de mulheres, de homossexuais sejam lutas que busquem superar o sistema capitalista, em última instância o responsável por manter este imobilismo e por nos levar a buscarmos mudanças que deixam tudo como agora está.

A FAVOR

"Atrás da questão socioeconômica, existe a discriminação racial"

Com Kabengele Munanga, professor titular do Departamento de Antropologia da USP e vice-diretor do Centro de Estudos Africanos (CEA/USP).

Adunesp - Em quais países foram implantadas as primeiras experiências das chamadas políticas de ação afirmativa? Como avalia os resultados lá obtidos?

Kabengele Munanga – Os primeiros países foram a Índia, a Malásia e os Estados Unidos. Considero o resultado satisfatório, pois houve diminuição da desigualdade no ensino superior entre as vítimas da discriminação e as classes privilegiadas.

Adunesp - Entre os argumentos levantados pelos críticos das cotas, está o de que seria preciso garantir a qualidade no ensino fundamental e médio, como requisito para que os negros tivessem mais oportunidades de acesso ao ensino superior. Qual é a sua opinião a este respeito?

Munanga - Uma coisa não exclui a outra. Enquanto se espera a mudança do nível da escola pública fundamental e média, o que fazer dos que, às duras penas, terminam o ensino médio? Deixá-los fora do ensino superior e esperar que melhore o nível do ensino público médio e fundamental ou encontrar sua integração através de uma política de ação afirmativa? Lembrar-se-á que, no passado, as escolas públicas médias e fundamentais já foram muito boas e os negros não tiveram acesso a elas. Se as iniciativas tivessem sido tomadas desde os tempos remotos, não teríamos a defasagem que existe hoje entre a população negra e branca em matéria de educação. Além das políticas ditas universalistas (que nunca foram) é preciso incrementar políticas específicas. Mesmo melhorando o nível da escola pública fundamental e média (quando?), as cotas poderão ainda ser necessárias para compensar as perdas acumuladas durante séculos pela população negra. É por isso que as políticas de cotas são chamadas também de políticas compensatórias.

Adunesp - Outro argumento contrário é de que o problema chave é socioeconômico, ou seja, seria necessário dar condições dignas de vida a toda a população (emprego, saúde, educação etc). Para os que levantam esta questão, as cotas não podem, portanto, resolver o problema dos negros. O que acha disso?

Munanga - Atrás da questão socioeconômica, existe a discriminação racial que impede ao negro de melhorar coletivamente sua condição econômica. Os que somente levantam essa questão, do ponto de vista socioeconômico, são racistas ainda presos ao mito da democracia racial ou acreditam que se trata apenas de uma luta de classe. Essas pessoas são ou surdas e cegas para não escutar e ver os verdadeiros problemas do negro no Brasil, ou são racistas que recorrem a este tipo de argumento para manter o *status quo*.

> *"Enquanto se espera a mudança do nível da escola pública fundamental e média, o que fazer dos que, às duras penas, terminam o ensino médio? Deixá-los fora do ensino superior e esperar que melhore o nível do ensino público médio e fundamental ou encontrar sua integração através de uma política de ação afirmativa?"*

Adunesp - Nos inúmeros debates que vêm se realizando sobre o assunto, um aspecto levantado é que a política de cotas, na realidade, procura colocar na universidade aqueles estudantes negros que estavam "quase lá", ou seja, um estrato minoritário do conjunto da juventude negra. Concorda com isso?

Munanga - Discordo, porque as estatísticas comprovam que as universidades que aderiram às políticas de cotas têm mais negros em suas faculdades do que antes e têm hoje mais negros até nas áreas onde não era possível encontrá-los antes (por exemplo, Medicina, Direito, Biologia etc.). Os que entravam antes eram os raros negros que estudaram em escolas particulares. O quadro mudou significativamente; qualitativa e quantitativamente.

Adunesp - Outro elemento que surge nos debates é que a política de cotas – por ser assunto apaixonante e polêmico – tende a desviar a atenção daquilo que é essencial na Reforma Universitária em curso, ou seja, o favorecimento aos empresários da educação e as medidas privatizantes em relação à universidade pública. O que acha desta questão?

Munanga - A paixão não é totalmente um obstáculo e não impede que haja no

meio de tudo isso argumentos sérios e objetivos. Qualificar os debates de apaixonantes pode ser uma maneira sutil de desqualificar a demanda de uma população e uma armadilha ideológica. Isto é um ponto de vista de quem está contra cotas na medida em que a reforma inclui cotas para alunos oriundos das escolas públicas com uma porcentagem especial para negros e índios. O programa ProUni não impede a extensão das universidades públicas. O governo quer apenas que essas universidades e faculdades privadas que recebem isenção fiscal possam utilizar suas vagas ociosas e dar algumas bolsas aos estudantes que se dirigem a esse ensino, tendo em vista que o projeto de expansão da universidade pública não dará resultados imediatos e esses alunos não podem, de imediato, serem absorvidos pelas universidades públicas. Mesmo com a expansão das vagas nas universidades públicas, a necessidade das políticas de cota não deverá ser descartada.

Adunesp - A falta de financiamento a uma política de assistência estudantil que garanta a permanência do estudante pobre na universidade pode ser um entrave para que as cotas atinjam bons resultados no Brasil?

Munanga - Precisamos de duas coisas: ingresso e permanência. A permanência só pode ser garantida através de políticas sociais de bolsas de estudo e de empréstimo. Algumas faculdades (caso das Ciências Biológicas e outras) exigem materiais didáticos e livros tão caros que, sem bolsas, não daria para permanecer.

Adunesp - Como vê as experiências que já vêm sendo realizadas no Brasil (Bahia e RJ)?

Munanga – As experiências que vêm sendo realizadas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na Universidade do Estado da Bahia e na Universidade Federal da Bahia deixam claro que a questão da excelência não foi sacrificada como pensavam os detratores das cotas, pois o rendimento médio dos alunos cotistas foi igual, até levemente superior, ao rendimento médio dos não cotistas. É por isso que começam a mudar o registro do discurso, produzindo outras estatísticas que mostram que negros e mestiços das escolas públicas são demograficamente bem representados no ensino público universitário e, conseqüentemente, não é preciso implementar políticas de cotas no país.

Associação dos Docentes da Unesp Adunesp Seção Sindical

Diretoria: Milton Vieira do Prado Jr. (presidente), Sueli Guadelupe de Lima Mendonça (vice-presidente), Rubens P. dos Santos (secretário-geral), Maria Ap. Segatto Muranaka (vice-secretária), Osvaldo Gradella Jr. (tesoureiro-geral), Marcelo Batista Hott (vice-tesoureiro). *Praça da Sé, 108, 3º andar, SP. Fone (11) 3242-7080.*
Site: www.adunesp.org.br **E-mail:** adunesp@adunesp.org.br
Jorn. resp.: Bahiji Haje